

NOTA DE ABERTURA

AS PRIORIDADES DA ECONOMIA NO INICIAR DE UM NOVO CICLO POLÍTICO

No momento em que se fecha um ciclo político (legislatura) e outro se inicia importa debater quais são os grandes desafios com que o país se confronta, tendo nós a convicção de que a mudança do ciclo político tem que ser acompanhada de uma mudança no ciclo económico, com o início de uma nova década a requerer um reposicionamento das prioridades das políticas públicas.

Se, nos últimos anos, a governação do país procurou dar resposta a problemas conjunturais relacionados com a crise financeira que vivemos, os próximos anos não podem resumir-se a uma continuidade das políticas então adoptadas e requerem uma clara mudança de estratégia. Precisamos, no essencial, de recentrar as políticas na economia real adoptando programas com um alcance temporal mais amplo e focados em tornar o país mais competitivo. A consolidação das finanças públicas, continuando a ser um propósito essencial, não pode ser assegurada sem a adopção de medidas com alcance estrutural. O tempo em que as políticas monetária e orçamental permitiam, por si só, garantir equilíbrios nas contas públicas está esgotado e a nova década deverá ser abordada dando prioridade à economia e à qualidade da despesa e do investimento. Os bons resultados do passado não se perpetuam reproduzindo na próxima legislatura as mesmas políticas, pelo que o desempenho do Governo que sair das próximas eleições está, em grande medida, dependente da sua capacidade de reconfigurar prioridades, não se acomodando a uma visão continuísta e conservadora das políticas passadas.

Visando contribuir para o debate referido, permitimo-nos pôr em destaque três áreas a que as políticas públicas deverão dar prioridade e que, ao questionarem alguns dos indicadores que são referência constante do discurso político, obrigam a olhar de modo diferente para as políticas a adoptar, recentrando-as na dimensão do que é estrutural, ou seja, tendo como pano de fundo a necessidade de reconfigurar o modelo económico do país. São elas:

- Prosseguir com a redução da nossa **dívida externa**, fazendo-a regredir para valores abaixo dos 80% do PIB;
- Aumentar de forma significativa o **investimento público**, colocando-o em valores próximos dos 4% do PIB (o dobro dos números actuais);
- Ter como grande objectivo estratégico aumentar as **competências** dos nossos recursos humanos, como um especial enfoque nas competências associadas aos factores de competitividade-valor e apostando na **captação de talentos**.

Estes propósitos têm subjacentes um crescimento económico bem acima os 2% (que nenhum dos partidos com possibilidade de liderar um futuro governo assume) e uma efectiva **convergência** com a U.E., acompanhando, em especial, os níveis de crescimento dos países com perfis de desenvolvimento próximos do nosso.

O primeiro objectivo enunciado desloca a questão da dívida, de âmbito da mera gestão da dívida pública para a **dívida externa**. E, sem questionar que aquela deve prosseguir uma trajectória descendente, com uma gestão de longo prazo que não penalize outros objectivos macroeconómicos e que saiba potenciar as baixas taxas de juro actuais, acautelando simultaneamente possíveis mudanças a prazo nas mesmas (o objectivo mais imediato é o de reduzir o custo do serviço da dívida prolongando no tempo os prazos de amortização), consideramos que o verdadeiro indicador de política que importa inverter com maior celeridade é o da dívida externa. O qual, além de ser o mais vulnerável a choques externos, reflecte problemas estruturais da nossa economia que urge enfrentar. Referimo-nos, desde logo, ao **perfil do nosso comércio externo**, visível, seja naquilo que exportamos, seja no que produzimos e consumimos internamente. O principal propulsor da dívida externa é o acumular de défices na nossa balança de bens e serviços, cronicamente negativos até 2016, tendo registado nos últimos 3 anos valores positivos que foram induzidos, sobretudo, pela procura externa relevante e pela evolução da balança de serviços (com destaque para o turismo). Este curto ciclo virtuoso corre, contudo, o risco de ser interrompido nos próximos anos com a perspectiva de um retorno a saldos comerciais negativos e a uma balança de rendimentos deficitária. Para o evitar, precisamos de alterar o perfil do que exportamos e reforçar a capacidade da economia produzir – substituindo importações – para o mercado doméstico, de modo a baixar o peso das componentes importadas incorporadas em ambos os destinos finais. Esta alteração não pode ser monitorada pelas exportações brutas que reforçando o seu peso e podendo até ultrapassar o valor do PIB, não permitam aferir se estamos mais competitivos e a criar valor. Fixar metas para este indicador é, por isso, desaconselhável, pois na realidade o indicador que em matéria de exportações nos dá conta da evolução da nossa economia é o do valor líquido das mesmas (sem componentes importadas) e que, actualmente, representam pouco mais de metade do seu valor bruto. O que assistimos hoje é a um novo aumento maior das importações em relação as exportações com o saldo positivo da balança de bens e serviços, a ficar dependente das variações dos termos de troca, cuja evolução tem mais que ver com os preços das matérias-primas importadas do que com um acréscimo em valor daquilo que exportamos.

O segundo grande desafio que referimos relaciona-se com o **investimento público** (o investimento é, aliás, o único indicador relevante em que ainda não recuperámos dos números anteriores à crise), em que o nosso país, com as carências estruturais reconhecidas, vem ocupando (2017 e 2018), o último lugar da U.E. a 28, no que se refere ao peso daquele investimento no PIB, e com a agravante de os números de execução orçamental ficarem sistematicamente abaixo do previsto (ao longo da última legislatura o diferencial acumulado é de 2.3 mil milhões de euros). Por isso, prever para os próximos anos aumentos do investimento público de cerca de 10% ao ano não tem especial significado nem garante a inversão desta situação. Para nos colocarmos ao nível dos países com um nível de desenvolvimento similar ao nosso, teríamos que registar uma duplicação dos montantes de investimento, embora com critérios de prioridade e de selectividade bem diferenciados dos do passado (que foram desde a nossa adesão à C.E.E. alimentados, em grande medida, pelos fundos estruturais) e que conduziram a um modelo económico esgotado.

Para acomodar este aumento é indispensável rever as projecções do Programa de Estabilidade e, em especial, reduzir a dimensão dos superávites do saldo primário do O.E., que não têm que situar-se nos 3.5% ou 4% do PIB para se poder cumprir a metas do défice. Se garantirmos que o crescimento do PIB nominal é superior aos custos a suportar com os juros da dívida, podemos perfeitamente reduzir o saldo primário, (por exemplo, em 2 p.p.) permitindo, com isso, aumentar o investimento público em idêntico valor.

Por último, o desafio das **competências**, que a generalidade dos programas eleitoriais referenciam mas que só pode ser ganho com uma reformulação das políticas (nos sistemas de ensino, de formação e de investigação), recentrando-as nas reais necessidades do país e da sua economia. Para isso temos que alterar o modelo e o conteúdo do Portugal 2030 e dos seus programas, fazendo com que a grande prioridade destes esteja focada nos recursos humanos, e com uma aposta muito especial nas competências de nível superior, que é onde verdadeiramente a competitividade-valor se ganha. Ou seja, a formação profissional já não pode ter como objectivo central suprir falhas de qualificação de base dos recursos humanos (ensino para adultos), nem estar sobredireccionada para desempregados. Ela tem hoje que dar prioridade à chamada aprendizagem ao longo da vida, acompanhando as mudanças tecnológicas, processuais ou organizacionais em curso e permitir potenciar as fontes de criação de valor imaterial. Neste sentido a filosofia subjacente à «formação-acção» deve constituir uma matriz essencial no desenho das acções formativas, bem como a retenção e captação de talentos e de competências. Os sistemas de ensino e de formação, tendo vasos comunicantes, não devem ser justapostos e este último não pode ser relegado para um plano secundário ou de mero complemento das qualificações académicas. Neste contexto, os indicadores das qualificações académicas devem ser relevados mas com a noção clara de que as competências vão muito para além das qualificações.

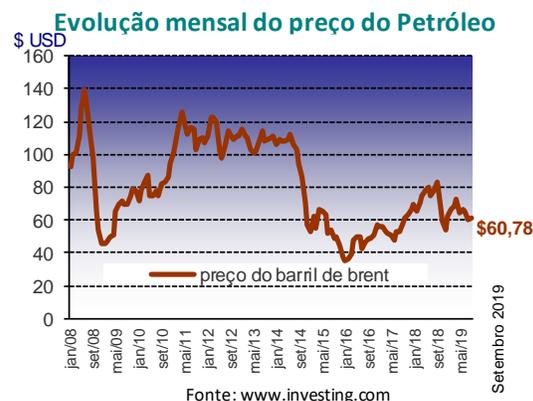
Em síntese, os documentos estratégicos fundamentais para a nova década começaram a ganhar forma na actual legislatura. São eles: o **Portugal 2030**, que consagra os novos apoios dos fundos estruturais da U.E.; o **Plano Nacional de Investimentos** (PNI) 2030, que programa os grandes investimentos em infraestruturas a realizar nos próximos 10 anos; e o **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território** (PNPOT) cuja nova versão acabou de ser recentemente aprovado e que deverá estruturar as grandes políticas sectoriais directamente associadas ao território ou com impacto sobre este. Ao próximo Governo saído das eleições caberá implementá-los, desejavelmente articulando-os entre si e em estreita ligação com os actores, que são os verdadeiros protagonistas ou destinatários destes documentos. Tão importante como o seu conteúdo é o modelo de gestão e de concretização destes programas. Tão relevante como os meios financeiros disponibilizados é o modo como estes são distribuídos, identificando o que é verdadeiramente estruturante e prioritário. Por isso, o sucesso das políticas requer, nestes domínios, um alargado consenso político que não se esgota no período de uma legislatura e um efectivo envolvimento da sociedade civil e, em especial, dos parceiros sociais e das confederações seja, no caso dos dois primeiros, na sua preparação, seja ao nível da execução dos mesmos. Na anterior legislatura o Governo criou as maiores expectativas de que tal iria ser feito e independentemente dos resultados eleitorais, é essencial que esse envolvimento se torne efectivo.

I - SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1. O desempenho da economia mundial na primeira metade de 2019 veio confirmar a manutenção do abrandamento do crescimento mundial, cujo efeito nas projecções mais recentes do FMI foi ainda ampliado. Assim, nas projecções globais divulgadas em Julho último, o FMI reviu o crescimento mundial em 2019 para 3,2% (-0,1 pontos percentuais – p.p. – face às projecções de Abril) e para 3,5% em 2020 (-0,1 p.p.). É de salientar a revisão em alta para o crescimento em 2019 dos EUA, para 2,6% (+0,3 p.p.), mantendo-se a previsão de 1,9% para 2020. Manteve-se a previsão de 1,3% em 2019 para a Zona Euro e foi revista para 1,6% em 2020 (+0,1 p.p.). Para o Reino Unido o crescimento foi revisto em +0,1 p.p, para 1,3% em 2019 e ficou inalterado em 1,4% para 2020. Para o crescimento em Portugal as previsões do FMI mantiveram-se inalteradas: 1,7% em 2019 e 1,5% em 2020. Para o crescimento do comércio mundial de bens e serviços as projecções do FMI reviram em baixa para 2,5% em 2019 (-0,9 p.p.) e para 3,7% em 2020 (-0,2 p.p.), prevendo para as economias avançadas um crescimento no comércio internacional de 2,2% em 2019 (-0,6 p.p.) e de 3,1% em 2020. Para os mercados emergentes a revisão em baixa do volume de comércio internacional foi ainda mais acentuada: para 2,9% em 2019 (-1,4 p.p.) e para 4,8% em 2020 (-0,3 p.p.).
2. Reflectindo o contexto económico mundial de abrandamento, na UE e na Zona Euro o ritmo de crescimento do PIB continuou a desacelerar, tendo aumentado no segundo trimestre de 2019 1,4% e 1,2%, respectivamente (compara com variações homólogas de 2,2% em ambos os casos, no 2º trimestre de 2018, e com 1,6% e 1,3%, respectivamente, no 1º trimestre do ano). O crescimento europeu mais moderado traduziu-se também numa capacidade de criação de emprego mais branda, embora sem comprometer ainda a trajectória descendente do desemprego. Assim, no 2º trimestre do ano o emprego aumentou 1% na UE e 1,2% na Zona Euro, 0,2 p.p. abaixo do observado no 1º trimestre do ano, em ambos os casos, e abaixo dos 1,3% e 1,6%, respectivamente, registados no 2º trimestre de 2018. Por outro lado, a taxa de desemprego voltou a reduzir-se para 6,2% na UE e para 7,4% na Zona Euro (comparam na UE com 6,3% em Julho, e com 6,7% em Agosto de 2018 e, na Zona Euro, com 7,5% em Julho e com 8% em Agosto do passado ano).
A inflação anual, embora com ligeiras flutuações mensais, tem também mantido uma trajectória descendente ao longo dos últimos 12 meses, tanto na UE como na Zona Euro. Em Julho e Agosto de 2019 a inflação foi de 1% na UE (0,8 p.p. abaixo da inflação em Agosto de 2018) e de 1,4% na Zona Euro (1,1 p.p. abaixo da inflação em Agosto de 2018). Em Agosto do corrente ano a inflação mais elevada nos países da UE continuou a registar-se na Roménia com uma inflação anual de 4,1% e a mais baixa registou-se em Portugal: -0,1%.

Na sequência do fraco crescimento económico observado na Zona Euro no 2º trimestre do ano, e da manutenção dos vários factores de incerteza que indiciam o adiamento da recuperação que antes se tinha perspectivado para o 2º semestre do ano, as projecções de Setembro do BCE reviram em baixa o crescimento do PIB da Zona Euro para 1,1% e para 1,2% em 2020 (-0,1 p.p. e -0,2 p.p. que as projecções de Junho, respectivamente). A falta de dinamismo no comércio mundial perante as persistentes incertezas a nível mundial, como as ameaças de um aumento do protecçãoismo, o abrandamento mais acentuado na economia chinesa e a possibilidade de um Brexit desordenado, continuam a condicionar fortemente as expectativas dos agentes económicos na Europa, e em particular da indústria transformadora, desincentivando o crescimento na Zona Euro. Em sentido mais favorável actuarão as previsões de preços do petróleo mais reduzidos e de condições de financiamento mais favoráveis, assentes numa maior descida nas taxas de juro. Relativamente à taxa de câmbio do euro as projecções de Setembro não alteram as perspectivas face ao dólar, mas perspectivam uma apreciação moderada da taxa de câmbio efectiva do euro (face a 38 parceiros comerciais), reflectindo a posição do euro face à libra esterlina e face ao renmimbi chinês e a outras moedas dos mercados emergentes. A projecção para a variação do Índice Harmonizado de preços na Zona Euro é de 1,2% para o corrente ano de 2019 e de 1% para 2020.

3. No que se refere ao preço das matérias-primas, as projecções do BCE de Setembro (face às de Junho) assentam numa maior descida no preço do petróleo de -12,1% em 2019 e de -8,8% em 2020. Para o preço das matérias-primas não energéticas manteve-se a perspectiva de uma ligeira descida em 2019, de -3,2%, para retomar uma ligeira recuperação, de +3,9%, em 2020.



II - ECONOMIA PORTUGUESA

Produto, Procura Interna e Procura Externa

O dinamismo da economia portuguesa manteve-se estável, no 2º trimestre de 2019, com um crescimento homólogo de 1,8%, coincidente com o do trimestre anterior e abaixo do registado há um ano atrás (2,5%). A desaceleração observada no crescimento da procura interna, de 4% para 2,3%, do primeiro para o segundo trimestre, reduzindo o seu contributo para o crescimento do PIB para 2,4 pontos percentuais (p.p.), foi compensado pelo contributo menos desfavorável da procura externa líquida para o crescimento do PIB, que passou de -2,3 p.p. para -0,6 p.p..

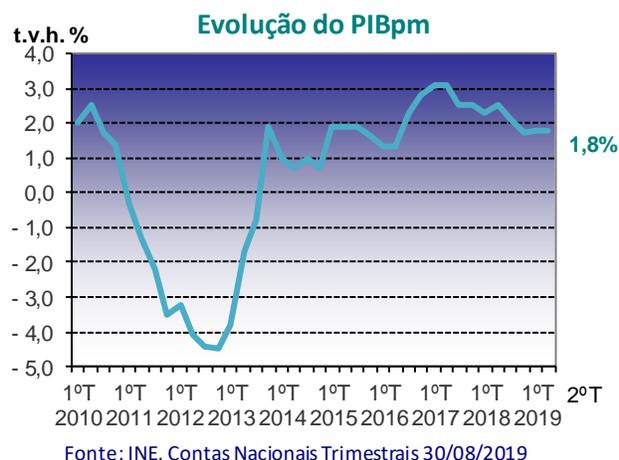
A desaceleração da procura interna resultou do abrandamento verificado no investimento que cresceu 6,1% (compara com 14% no trimestre anterior, embora acima do aumento de 4,6% no trimestre homólogo) e da desaceleração também observada no consumo privado, com um crescimento de 1,9% (compara com 2,3% no trimestre anterior e com 2,8% no 2º trimestre do passado ano), bem como no consumo público, com uma variação homóloga de apenas 0,4% (face a 0,6% no 1º trimestre e a 1% no 2º trimestre de 2018).

Ainda de referir que a ligeira desaceleração no consumo das famílias decorreu do ligeiro decréscimo de -0,2% observado no consumo de bens duradouros (face a 3,1% no 1º trimestre e a 8,7% no 2º trimestre de 2018) e da ligeira desaceleração no crescimento no consumo de bens correntes não alimentares e de serviços para 2,3% (compara com 2,5% tanto no trimestre anterior como no trimestre homólogo), já que no caso do consumo de bens alimentares se assistiu a uma aceleração no seu crescimento para 2,3% (face a 1,7% no 1º trimestre do ano e a 1,1% no trimestre homólogo).

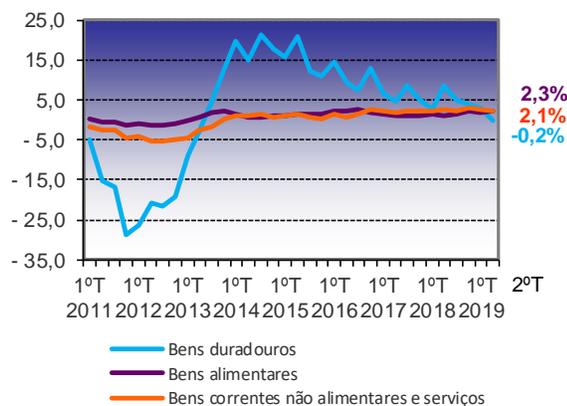
A desaceleração no crescimento do investimento, para 6,1%, decorreu sobretudo do abrandamento da formação bruta de capital fixo (FBCF) em Outras máquinas e equipamento, com um acréscimo de apenas 4,4% (face a 15,3% no 1º trimestre e a 8,6% no trimestre homólogo), bem como da FBCF em Construção, que abrandou para 8,5% (face a 13,4% no trimestre anterior e a 4,3% no trimestre homólogo). Pelo contrário, a FBCF em Equipamento de Transporte acelerou para 9% (face a 5,1% no trimestre anterior e a -5,5% no trimestre homólogo).

Do lado da procura externa, assistiu-se a uma desaceleração nas exportações de 3,7% para 2%, do 1º trimestre para o 2º trimestre (que compara com 6,8% no trimestre homólogo), mas claramente superada pela acentuada desaceleração observada nas importações de 8,1% para 3,1% (compara com 7,3% no 2º trimestre de 2018).

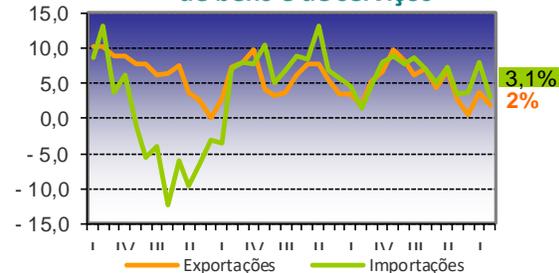
A desaceleração do crescimento das exportações decorreu tanto das exportações de bens, como das exportações de serviços, embora com maior expressão nas de serviços cujas variações passaram de 4,6% para 0,8%, ficando muito abaixo dos 6,1% registado no 2º trimestre de 2018 (4,4%). O aumento das exportações de bens, passou de 3,4% para 2,4%, também muito distante do crescimento de 7% no trimestre homólogo.



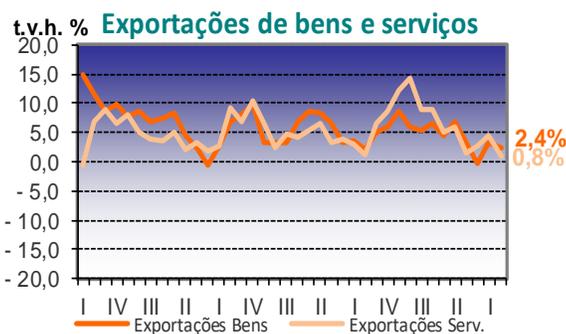
Evolução das despesas de consumo final das famílias residentes por tipo de bens



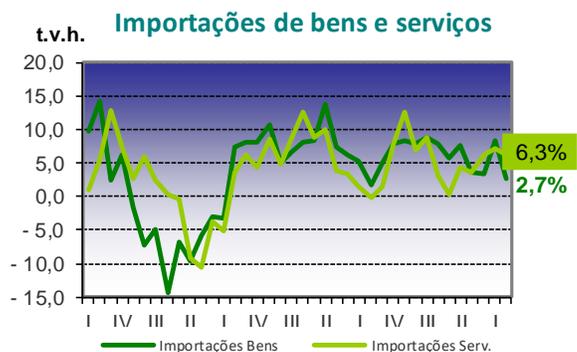
Exportações e Importações de bens e de serviços



No caso do crescimento das importações a forte desaceleração ocorreu nas importações de bens, de 8,3% para 2,7% (também muito abaixo dos 7,7% no 2º trimestre de 2018), embora seja também acompanhada pela desaceleração do crescimento das importações de serviços, que passou de um aumento de 7,2% para 6,3%, mas ainda acima do crescimento de 4,4% no 2º trimestre de 2018.



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 30/08/2019



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 30/08/2019

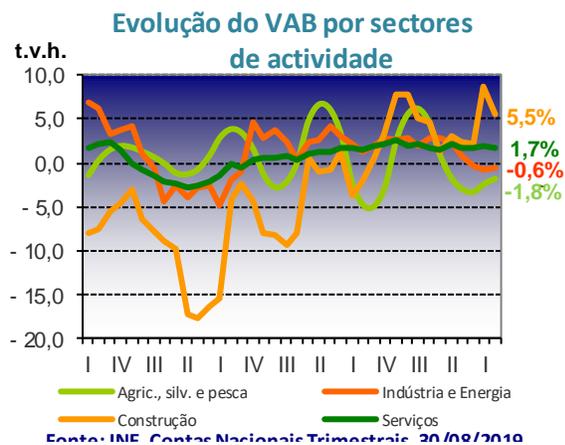
Relativamente aos termos de troca, contrariamente ao observado no trimestre anterior, verificou-se uma perda no segundo trimestre do ano, já que o deflator das importações acelerou para 1,4% (foi de 0% no 1º trimestre do ano e de 2,1% no trimestre homólogo) e o deflator das exportações acelerou para 1,1% (face a 0,3% no 1º trimestre de 2019 e a 1,8% no 2º trimestre de 2018).

O Saldo Externo de Bens e Serviços no 2º trimestre do corrente ano foi ainda negativo, de -0,1% do PIB, mas menos negativo que no trimestre anterior (compara com -0,7% do PIB no 1º trimestre de 2019 e com 0,6% do PIB no 2º trimestre de 2018).

Sectores de Actividade

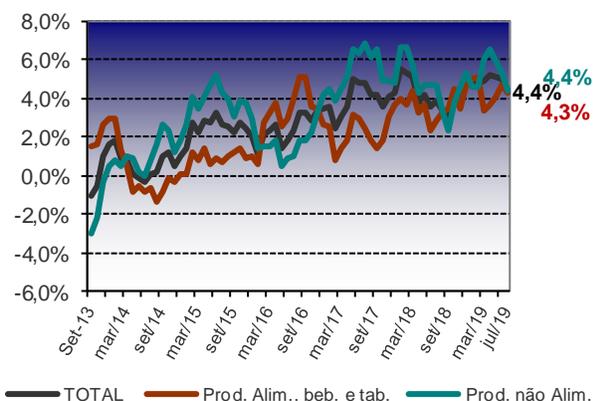
Ao nível dos contributos das diferentes actividades para o crescimento do PIB, no segundo trimestre do ano, o sector da Construção voltou a ser o mais dinâmico, seguido do sector dos Transportes e Armazenagem e do conjunto das actividades de Comércio e manutenção automóvel, alojamento e restauração com crescimentos homólogos no respectivo VAB de +5,5%, +3,8% e +2,6%, respectivamente. No sentido inverso, as actividades da Agricultura, silvicultura e pesca mantiveram a trajectória negativa, com um decréscimo no VAB de -1,8%, à semelhança da Indústria com uma variação homóloga de -1% no respectivo VAB. Na energia registou-se alguma melhoria com um crescimento homólogo no VAB de 1%, e o VAB das Actividades financeiras, de seguros e imobiliárias traduziu-se por um crescimento homólogo de 0,5%. O VAB das Outras actividades de serviços mantiveram a sua trajectória ascendente com um crescimento homólogo de 1,2%.

Avaliando as dinâmicas sectoriais das diferentes actividades dos serviços, em termos da evolução dos respectivos volumes de negócios, observa-se que o comércio a retalho mantém a sua trajectória ascendente, com um crescimento homólogo trimestral no índice de volume de negócios (IVN) de Julho de 4,4%, embora registando um ligeiro abrandamento (compara com variações homólogas trimestrais de +5,1% em Junho, e de +3,9% em Julho de 2018). Embora o comércio não alimentar se mantenha com um ritmo de crescimento no volume de negócios mais acentuado do que no retalho alimentar, o abrandamento nos meses mais recentes afectou mais o retalho não alimentar.



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 30/08/2019

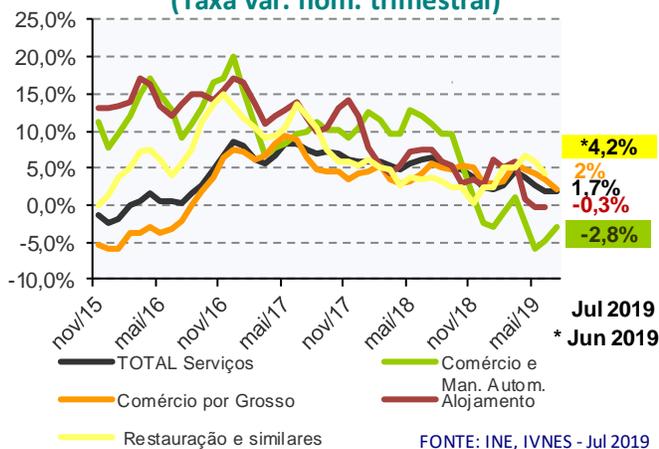
Índice de Vol. de Negócios no Comércio a Retalho - Taxa de var. homól. trim.



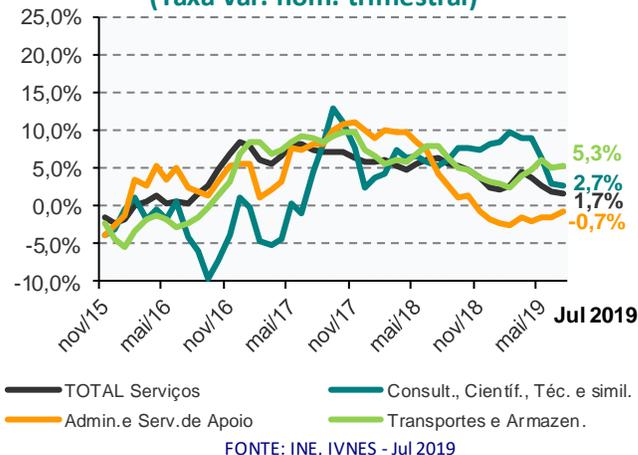
Fonte: INE, IVNCR Julho 2019

Já a evolução do IVN do Comércio Automóvel (incluindo a reparação e manutenção automóvel) continua em fase descendente desde o final do ano passado, com uma variação homóloga trimestral de -5% no 2º trimestre do ano e de -2,8% no trimestre terminado em Julho (compara com 12% no 2º trimestre de 2018 e com 10,9% no trimestre terminado em Julho desse ano). No Comércio por Grosso registou-se também um abrandamento com a variação homóloga do índice a passar para 3,4% no 2º trimestre de 2019 (compara com 4,4% no 2º trimestre de 2018) e para 2% no trimestre terminado em Julho do corrente ano 2019 (compara com 5,7% no período homólogo).

Índice de Volume de Negócios nos Serviços em algumas secções da CAE (Taxa var. hom. trimestral)



Índice de Volume de Negócios nos Serviços em algumas secções da CAE - cont. (Taxa var. hom. trimestral)



Na Restauração e similares a evolução do volume de negócios manteve-se com algum dinamismo, com o IVN a crescer 4,2% no 2º trimestre, mas registando também algum abrandamento (compara com 5,2% no 1º trimestre e com 3,5% no 2º trimestre de 2018).

A evolução do volume de negócios das actividades de Alojamento praticamente estagnou, com o IVN a ultrapassar já a linha vermelha, com uma variação homóloga de -0,3% no 2º trimestre (compara com 5,8% no 1º trimestre de 2019 e com 7,4% no 2º trimestre de 2018).

As actividades no sector dos serviços a apresentarem maiores acréscimos no respectivo índice de volume de negócios no 2º trimestre de 2019, foram: os transportes por água (+26,2%), a Consultoria e programação informática e actividades relacionadas (+14,3%), as Actividades dos serviços de informação (+8,3%), e o conjunto das Actividades jurídicas e de contabilidade e de consultoria para os negócios e a gestão (+6,3%).

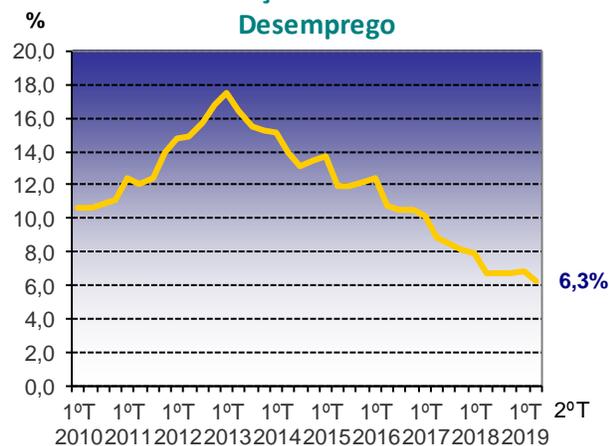
Mercado de Trabalho

No mercado de trabalho, embora o ritmo de crescimento do emprego no 2º trimestre de 2019 tenha voltado a desacelerar, a população desempregada continuou a diminuir.

Com efeito o total de pessoas empregadas aumentou 0,9%, face ao segundo trimestre de 2018, e o desemprego reduziu-se 6,6%, correspondente a -23 mil pessoas desempregadas. A redução do desemprego de pessoas à procura de novo emprego, de -4,1%, teve o maior contributo do conjunto da Indústria, Energia e Construção, com -21 mil desempregados à procura de novo emprego, provenientes destas actividades.

A taxa de desemprego fixou-se em 6,3% (-0,5 pontos percentuais que no trimestre anterior e -0,4 p.p. que no trimestre homólogo em 2018).

Evolução da Taxa de Desemprego



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 2ºT 2019

E a taxa de subutilização do trabalho¹, desceu para 12,4%.

No 2º trimestre a dinâmica do mercado de trabalho ficou a dever-se ao forte contributo das actividades de serviços que, no seu conjunto, registaram um crescimento de 2,4%, e a um contributo muito moderado da Indústria, Energia e Construção com um acréscimo global de 0,1% no emprego.

De entre os ramos de actividade mais dinâmicos na criação de emprego no trimestre em análise (face ao trimestre homólogo), para além do grupo residual das actividades de Outros serviços com um acréscimo de mais de 28 mil pessoas (+13,5%), sobressaíram: o total do Comércio (inclui co comércio por grosso, o comércio a retalho e a reparação e manutenção de veículos automóveis e motociclos) com um acréscimo de quase 26 mil pessoas (+3,7%), as Actividades de saúde humana e apoio social com um aumento no emprego superior a 21 mil pessoas (+4,7%), as Actividades administrativas e dos serviços de apoio com um acréscimo de mais de 20 mil indivíduos (+13,8%), as Actividades de informação e de comunicação com mais 18 mil empregados (+15,5%), as Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares com um acréscimo superior a 9 mil indivíduos (+4,6%), a par das Actividades de Transporte e Armazenagem com um aumento homólogo também acima de 9 mil pessoas (+4,5%). O contributo moderado da Indústria transformadora foi de quase mais 7 mil indivíduos (+0,8%).

Do lado menos dinâmico destacou-se o decréscimo de quase 40 mil indivíduos (-12,6%) no conjunto das actividade agrícolas, produção animal, silvicultura e pesca, a redução homóloga de -16 mil indivíduos na Restauração e Alojamento (-4,9%), e a perda de mais de 14 mil pessoas nas Actividades financeiras e de seguros (-12,6%).

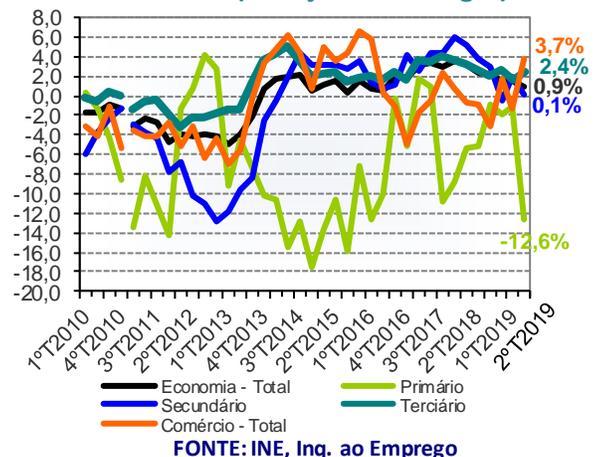
No caso do comércio salienta-se que o acréscimo de emprego foi transversal aos vários ramos, ainda que seja de destacar o forte dinamismo do comércio automóvel com um aumento homólogo no emprego de mais de 15 mil pessoas (+14,6%), seguido pelo aumento de quase 7 mil pessoas no comércio a retalho (+1,6%) e de mais de 3 mil pessoas no comércio grossista (+2,4%). O dinamismo das actividades do comércio na criação de emprego é coerente com a redução (-3,8%) das pessoas desempregadas que antes trabalhavam nestas actividades, à procura de novo emprego.

Financiamento das empresas

O endividamento total das empresas privadas não financeiras em Portugal mantém-se em 2019 na trajectória descendente que prossegue desde 2013. No segundo trimestre do corrente ano a dívida total das empresas privadas correspondeu a 126,4% do PIB, abaixo dos quase 131,4% do PIB que atingia um ano antes e inferior à proporção que assumia em final de 2007 (próxima de 138% do PIB). Por outro lado, por tipo de financiador, manteve-se a tendência crescente do endividamento das empresas junto do exterior, cujo crescimento homólogo foi de 7,2% em Julho do corrente ano, representando já 26% do total da dívida das empresas (compara com 24,2% em Julho de 2018).

Apesar disso, o financiamento das empresas continua a suportar-se fortemente no sistema financeiro, o qual financia cerca de 41% da dívida total das empresas, as quais são ainda muito dependentes do crédito bancário.

Evolução do emprego nos principais sectores económicos (variações homólogas)

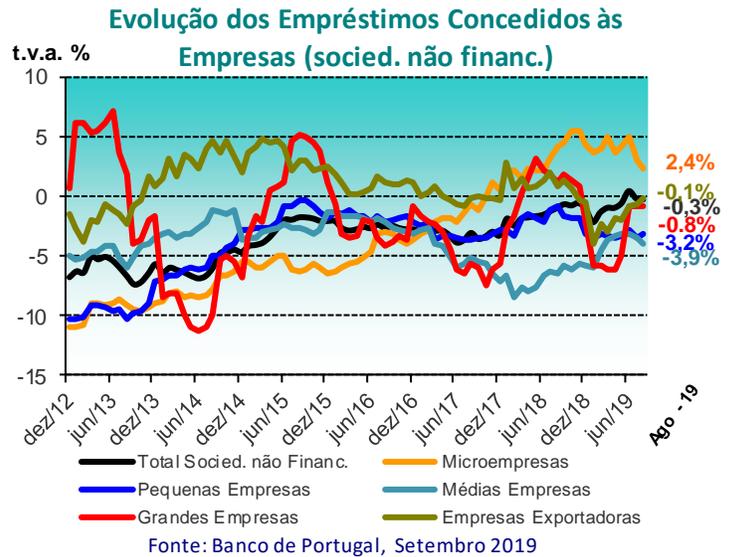


¹ A que, medida em proporção da população activa alargada, para além dos desempregados, tem em conta os inactivos “desencorajados”, que estão disponíveis para trabalhar, mas não fazem diligências para encontrar trabalho, os inactivos que procuram trabalho mas que estão indisponíveis, bem como os que trabalham a tempo parcial, mas pretendiam trabalhar mais tempo.

Essa situação é tanto mais acentuada quanto menor a dimensão das empresas, sendo essa a situação dominante nas PME.

Contudo, do lado do sistema bancário, mantêm-se as fortes restrições à expansão do crédito, condicionando o acesso das empresas à obtenção de crédito, particularmente em áreas de negócio com risco de mercado mais elevado.

Em termos globais, a evolução dos empréstimos concedidos às empresas encontra-se praticamente estagnada, tendo registado em Agosto uma variação homóloga anualizada de -0,3% (compara com -1% em Agosto de 2018). O segmento das microempresas continua a ser o único em que o total de empréstimos concedidos ainda cresceu, com uma variação homóloga anualizada de 2,4%, apesar de ter também desacelerado. Nos segmentos das pequenas, médias e das grandes empresas, pelo contrário, a evolução dos empréstimos concedidos mantém-se negativa, com reduções de: -3,2%, -3,9% e -0,8%, respectivamente. No segmento das empresas exportadoras os empréstimos concedidos praticamente estagnaram, com uma variação homóloga anualizada de -0,1%.



No que se refere à capacidade de cumprimento das obrigações financeiras por parte das empresas, em termos globais o rácio de crédito vencido no total do crédito, para o conjunto das sociedades não financeiras, continua a diminuir gradualmente, tendo-se situado em 8,5% (em Agosto de 2019) e nos meses mais recentes a percentagem de devedores com crédito vencido manteve-se próxima dos 21% (20,9% em Agosto). No caso das microempresas a percentagem de crédito vencido no total do crédito, sendo das mais elevadas em comparação aos segmentos de empresas com maior dimensão, continuou a reduzir-se, ascendendo a 13,6% em Agosto (era de 14,3% em Junho e de 20,4% em Agosto do passado ano), e a percentagem de devedores com crédito vencido era de 21,3% em Agosto (21,8% em Junho e de 23,1% em Agosto do passado ano). No caso dos segmentos das empresas de pequena dimensão e de média dimensão, o crédito vencido no total do crédito aproximou-se dos 8% e dos 3,7%, respectivamente, do mesmo modo que estabilizou a percentagem de devedores com crédito vencido em torno dos 19% e dos 18%, respectivamente. No caso do segmento das grandes empresas o rácio do crédito vencido no total do crédito ascende a 5,1% (era de 5,3% em Junho de 2019 e de 4,1% em Agosto de 2018) e a percentagem de devedores com crédito vencido desceu para 9,5% em Agosto (era de 10,5% em Junho e de 10,4% em Agosto de 2018).

Finalmente, de acordo com os resultados do Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito em Portugal, de Julho do corrente ano, realizado pelo Banco de Portugal, e referente ao 2º trimestre de 2019, a política de concessão de crédito às empresas permaneceu praticamente inalterada, tal como também a procura de crédito por parte das empresas permaneceu sem alterações significativas.

Em termos prospectivos, para o terceiro trimestre de 2019, alguns dos bancos inquiridos antecipam uma redução na procura de empréstimos por parte das PME, assim como na procura de empréstimos de longo prazo, por parte da globalidade das empresas.

Evolução das contas públicas

Entre Janeiro e Agosto de 2019, segundo os dados da DGO, a execução das contas públicas traduziu-se por um saldo orçamental positivo de 402,3 milhões de euros (compara com um défice de 579,3 milhões de euros no período homólogo) e num saldo primário de 5947,8 milhões de euros (523,4 milhões de euros acima do registado em Agosto de 2018), apresentando uma execução mais favorável do que no mesmo período do ano anterior. A melhoria registada reflecte os resultados de uma economia em fase de crescimento, ainda que em desaceleração, bem como os efeitos positivos no mercado de trabalho, contexto favorável ao acréscimo das receitas fiscais e ao aumento das contribuições sociais, a par de uma menor pressão do lado da despesa com as prestações sociais relacionadas com o desemprego.

Assim, o saldo orçamental positivo alcançado nos primeiros oito meses do ano, face ao observado no período homólogo, resultou de um aumento da receita efectiva (+4,6%) bastante superior ao da despesa (+2,7%). Pelo contrário, se compararmos com o que foi orçamentado, os desvios positivos são mais acentuados do lado da despesa, com um acréscimo de 6,4% face ao previsto no OE 2019, do que do lado da receita, a qual ficou 5,4% acima do orçamentado.

Nas receitas salienta-se o aumento de 3,1% face ao executado em 2018 na receita fiscal e 2,9% acima do previsto no OE2019, com o maior contributo do acréscimo de 7,3% verificado nos impostos indirectos (principalmente do IVA e do ISP), correspondente a +1343,5 milhões de euros do que em igual período de 2018 e 3,9% acima do previsto no OE2019, que em parte compensou a redução de 2,5% observada nos impostos directos (-351,5 milhões de euros do que no período homólogo), ainda que tenham ficado 1,8% acima do orçamentado. De valores semelhantes ao acréscimo das receitas fiscais, de salientar também o aumento de 6,8% nas contribuições para a segurança social (+929,2 milhões de euros do que em 2018), 4,9% acima do orçamentado, e decorrente da evolução favorável do mercado de trabalho. O acréscimo de 386,7 milhões de euros nas receitas correntes decorreram do aumento de dividendos distribuídos pelo Banco de Portugal (em Maio) e pela Caixa Geral de Depósitos (em Junho).

Do lado da despesa volta a assinalar-se o aumento de 4% na despesa com transferências correntes (+941,4 milhões de euros do que no período homólogo de 2018), 3,8% acima do orçamentado, e em grande parte associado ao acréscimo da despesa com pensões enquadradas no âmbito do regime geral de Segurança Social (+569 milhões de euros face a 2018) e com a contribuição financeira para a União Europeia (+187,6 milhões de euros, face a 2018). Destaca-se também o aumento de 4,7% das despesas com pessoal (+619,7 milhões de euros), 2,2% acima do orçamentado, justificado pela DGO com a política de promoção salarial das Administrações Públicas (AP).

No sentido contrário, destaca-se o decréscimo de 7,6% nas despesas com juros e encargos (-458,2 milhões de euros face a 2018), e 4,5% abaixo do orçamentado, decorrente do pagamento relativo à liquidação de swaps do Metropolitano Lisboa e Metropolitano Porto, e por juros pagos pelas Obrigações do Tesouro.

A melhoria do saldo orçamental das AP face ao executado em 2018, em 981,6 milhões de euros, resultou do efeito conjugado de um maior excedente nas contas da Segurança Social (um acréscimo de 491,4 milhões de euros), e de um excedente muito superior nos Serviços e Fundos Autónomos (uma melhoria de 1288,1 milhões de euros, face ao excedente de Agosto de 2018), melhorias parcialmente eliminadas pelo menor excedente das contas da Administração Regional Local (um retrocesso de 237,3 milhões de euros) e pelo maior défice do Estado (560,6 milhões de euros acima do défice no período homólogo).

Os pagamentos em atraso das entidades públicas, ascenderam a 830,2 milhões de euros até final de Agosto do corrente ano, 207,8 milhões de euros abaixo do valor registado entre Janeiro e Agosto de 2018, com o maior contributo na redução dos pagamentos em atraso por parte dos Hospitais EPE (-186,2 milhões de euros) e por parte da Administração local (-41,2 milhões de euros).

Na óptica da Contabilidade Nacional, o saldo global das Administrações Públicas no ano terminado no segundo trimestre de 2019 traduziu-se por um excedente de 454,9 milhões de euros, correspondente a um saldo de 0,2% do PIB (compara com -1% do PIB em 2018).

(Relatório concluído a partir da informação disponível até 30 de Setembro de 2019)

Quadro 1

Economia Portuguesa

Quadro Síntese

Taxas de variação homólogas (em volume, quando aplicável)

Indicadores	2º Trimestre 2019		2º Trimestre * 2018		
PIB (Produto Interno Bruto)	1.8		2.5	(2.3)	
VAB agricultura	-1.8		-1.7	(0.8)	
VAB indústria e energia	-0.6		2.4	(0.7)	
VAB construção	5.5		3.1	(0.8)	
VAB serviços	1.7		2.1	(1.2)	
Índices de Volume de Negócios	Trimestre terminado em:		Trimestre terminado em:		
- na Indústria	Jun 2019	Jul 2019	Jun 2018	Jul 2018	Jun 2018
	-1.6	-1.8	8.3	7.5	(7.7)
- no Comércio a Retalho (exclui o sector automóvel)	Jun 2019	Jul 2019	Jun 2018	Jul 2018	Jun 2018
	5.1	4.4	3.6	3.9	(3.4)
- nos Serviços	Jun 2019	Jul 2019	Jun 2018	Jul 2018	Jun 2018
	2.0	1.7	6.1	6.3	(6.6)
Procura Interna	2.3		2.8	(2.9)	
Investimento (FBC)	6.1		4.6	(6.4)	
Consumo das Famílias	1.9		2.9	(2.6)	
IPC	Jun 2019	Ago 2019	Jun 2018	Ago 2018	Jun 2018
- Variação homóloga (mensal)	0.39	-0.09	1.52	1.22	(1.52)
- Variação média dos últ. 12 meses	0.87	0.61	1.09	1.15	(1.09)
Exportações	2.0		6.8	(6.8)	
- Bens	2.4		7.0	(6.9)	
- Serviços	0,8		6.1	(6.7)	
Importações	3.1		7.3	(7.9)	
- Bens	2.7		7.7	(8.4)	
- Serviços	6.3		4.4	(4.9)	
Desemprego (Taxa de)	6,3%		6,7%	(6,7%)	
Taxa de Juro de empréstimos a sociedades não financeiras (em %, média ponderada)	Jun 2019	Jul 2019	Jun 2018	Jul 2018	Mar 2018
	2.22%	2.26%	2.36%	2.37%	2.36%

* Os valores entre parêntesis correspondem aos números disponibilizados quando da preparação do número deste boletim referente ao 2º trimestre de 2018, alguns deles entretanto revistos pelo INE.

– CONJUNTURA ECONÓMICA –

2º Trimestre 2019

GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS DA

CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PORTUGAL



CCP

CONFEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
PORTUGAL

AV. DOM VASCO DA GAMA Nº 29

1449-032 LISBOA